

Garantia para a Infância



É com especial satisfação que, neste dia tão simbólico como é o Dia Mundial da Criança, lançamos este novo projeto da Newsletter da Garantia para a Infância.

No momento em que assinalamos o registo de progressos na Garantia para a Infância em Portugal, muito particularmente nos anos de 2024 e 2025, ao retomarmos uma tendência de redução da taxa de risco de pobreza ou exclusão social no grupo das crianças e jovens. Contudo e apesar da evolução global positiva, a trajetória revela-se insuficiente para o alcance da meta nacional assumida de retirar pelo menos 161.000 crianças dessa condição até 2030, uma vez que até ao ano de 2025 a redução registada corresponde a 58.000 crianças e jovens. Infelizmente esta não é a tendência na Europa, onde se verifica uma estagnação dos valores de pobreza das crianças e jovens.

Ao nível das reformas, podemos destacar medidas estruturais orientadas para a igualdade de oportunidades, sobretudo na primeira infância. Paralelamente, registaram-se reforços nos apoios sociais às famílias, bem como intervenções no domínio da educação e da saúde, destacando a expansão das respostas em saúde mental infantil e juvenil, até aqui praticamente inexistentes.

Estes avanços ocorreram num contexto de melhoria global dos indicadores económicos e sociais, com uma redução da taxa de pobreza para 15,4%, o valor mais baixo desde o início dos anos 90. Contudo, verificamos que a redução da pobreza infantil tem sido lenta e menos expressiva, evidenciando uma resiliência particular. As tendências revelam ainda desigualdades persistentes que importam ultrapassar: maior incidência em famílias monoparentais, numerosas e com baixos níveis de escolaridade, bem como entre crianças migrantes. Importa sublinhar igualmente a elevada proporção de “working poor”, uma vez que mais de 75% das crianças em situação de pobreza em Portugal vivem em agregados cuja principal fonte de rendimento do agregado familiar provém do trabalho e o desafio do acesso a uma habitação digna e adequada a preços comportáveis.

Persistem desafios estruturais que condicionam a eficácia da Garantia para a Infância e o contexto global atual de incerteza económica, social e geopolítica tende a agravar vulnerabilidades e a pressionar as políticas públicas.

O modelo de governação territorial da Garantia para a Infância em Portugal, através dos Núcleos Locais da Garantia para a Infância (NLGPI), constitui-se como elemento diferenciador na implementação nacional. Hoje são 165 NLGPI em todo o país, cabendo-lhes assegurar a operacionalização local das políticas, aprofundar a identificação de situações de vulnerabilidade, desenvolver respostas integradas e adaptar a intervenção às especificidades territoriais. A consolidação deste modelo evidencia margens de melhoria, nomeadamente ao nível da generalização dos diagnósticos locais, da integração efetiva da GPI nos instrumentos de planeamento social local e da capacidade de intervenção.

Para o futuro, evidencia-se a necessidade de reforçar investimentos estruturantes em várias dimensões. Destaca-se o reforço do papel dos NLGPI enquanto eixo central da governação territorial, exigindo recursos, capacitação técnica, na consolidação de diagnósticos locais, na melhoria dos sistemas de monitorização e no aprofundamento das respostas integradas de proximidade.

Hoje lançamos um novo desafio. Em cada edição desta *Newsletter* teremos espaço para dar a conhecer o tanto que se tem feito no nosso país, com especial enfoque na ação dos NLGPI, partilhando o que de melhor está a ser feito. Pelo que apelamos à Participação de todos!

Este será também o espaço para prestar informação sobre a evolução e desenvolvimento da Garantia para a Infância, ao nível nacional e europeu. Pretendemos que seja de tod@s para tod@s, pelo que contamos convosco para alimentar, fazer crescer, consolidar e partilhar.

Muito obrigada!

Sónia Almeida

Coordenadora Nacional da Garantia para Infância